



Markado Para Morrer



**Mais de três mil
corvos indianos
abatidos ano
passado na ilha
da Inhaca”**

População não quer
qualquer convivência
e exige extermínio
daquela ave

Operações de caça
custaram mais de 700
mil meticais em 2023

COMPRE TRACTORES

Novos
ou
Recondicionados
e Respektivas
Alfaias



**Para
Encomenda
Contacte-nos**

terramagazinemz@gmail.com



06

INHACA: ILHÉUS EXIGEM EXTERMÍNIO DO CORVO

Num combate sem tréguas que iniciou há vários anos, a população da ilha da Inhaca diz não haver qualquer convivência possível com o corvo indiano e exige do governo, medidas mais eficazes para a extinção daquela ave, considerada *non grata* naquela região insular do município de Maputo.



11

GRANDE MAPUTO JÁ AVALIA QUALIDADE DO AR

A região do Grande Maputo conta com primeira estação de avaliação e monitoria da qualidade do ar montado ao nível nacional. Trata-se de um aparelho montado pelo governo americano, que vai fornecer dados em tempo real e ajudar na definição de políticas que se imponham ao nível ambiental.

08

MOÇAMBIQUE E EUA REFORÇAM COOPERAÇÃO NA AGENDA AMBIENTAL

No culminar de uma visita a Moçambique do administrador da Agência Ambiental dos Estados Unidos da América, a mais alta autoridade para as questões climáticas, os dois países deram passos para a assinatura, em breve, de um Memorando de Entendimento para a nova etapa de cooperação.

14

ONG DEFENDE FUNDO PEQUENOS PRODUTORES

Um estudo produzido pelo CDD aponta problemas no financiamento de pequenos produtores agrários que trabalham a terra no país e defende, de entre vários pontos, a necessidade urgente de criação de um fundo, para apoiar aquele grupo social a desenvolver, de forma sustentável, as suas actividades.



12

ANANÁS COM SABOR AZEDO PARA PRODUTORES

Produtores de ananás na província da Zambézia estão cada vez mais preocupados pelo fraco rendimento para compensar o seu esforço produtivo. A falta de uma indústria para absorver a produção, o custo de transporte das machambas para o mercado e o elevado desperdício da fruta desanimam quem continua a apostar nesta cultura.

11

RETORNO DO IVA AGITA INDÚSTRIA DE ÓLEO E SABÕES

A indústria nacional de óleos e sabões está alarmada devido ao fim da isenção do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), para a importação das matérias-primas e maquinaria usada para a produção e alerta para o risco de encerramento de unidades produtivas.

16

DO EL-NIÑO AO ROUBO DE GADO MAGUDE MOSTRA COMO VENCER A CRISE

Em entrevista á Revista Terra, o administrador daquele distrito fala do actual estágio de desenvolvimento, após alguns anos em que foi a imagem do que o fenómeno climático El-niño pode provocar.

Lázaro Bambamba fala também do roubo de gado, um problema que durante muito tempo foi dos assuntos que mais marcava o distrito.



Aceda a nossa
plataforma
online através do
www.revistaterra.co.mz



Ficha técnica

Propriedade

Terramedia Consultoria e
Serviços - SU -Lda

Publicação:



Revista Terra

Rua da Resistencia n.º
1642, 3º Andar, Porta M
Telef.: +258842399758,
+258863233900
+258821233910

Email: redacao@
revistaterra.co.mz

Registo sob n.º
122/GABINFO/
DEPC/210/2022

Editor

William Mapote

Redacção:

William Mapote
Julio Armino F.
Guilherme FM
Israel Falcão

Colaboradores permanentes:

Dayson Cossa
Arcelino S. Cumbi
Nordino Gabriel
Carma S.
Amade Camal
Adelino Buque
Afonso Almeida Brandão

Revisor Linguístico:
AR&Servicos SU

Maquetização

Revista Terra
Flora Langa

Online/Webdesign
Rui Baltazar

Administração:
Narciso Filimão

website:

www.revistaterraonline.com
www.revistaterra.co.mz

Twitter:

@revistaterramz

Editorial

Que não sofra o capim

A guerra instalada no comércio feijão bóer está a fazer soar os sinais de alarme sobre o futuro dos produtores que, faça sol, faça chuva, dão o litro por esta cultura que se transformou numa das commodity agrícola de Moçambique.

Dos tribunais aos corredores diplomáticos, os cartéis que dominam o comércio internacional desta cultura vão guerreando, perante um olhar “impávido” de quem deve impor a ordem, em prol de um bem maior.

O confronto que opõe os grupos de interesse que, por sinal, são bem apadrinhados nos círculos do poder político, vai fazendo vítimas. Ou seja, vai deixando impactos económicos graves que deviam chamar á consciência das autoridades, para que tomem medidas sérias para impor a ordem, cortando pela raiz, as manobras dos grupos de interesse, que chegam a agir de má fé, sem olhar para os danos que geram ao país.

Depois de ter condicionado as exportações, durante um período considerável, afectado a credibilidade do país na Índia, condicionado a entrada de outras commodities nos armazéns portuários e, como se ficou a saber recentemente, impactado negativamente nas receitas do Porto de Nacala, o alarme continua a soar, dando sinais de incertezas para a próxima campanha de comercialização, tendo em conta que nada indica que os ânimos dos litigantes estejam a amainar.

Os dados estão lançados. Queremos acreditar que as autoridades estejam atentas e que medidas estejam em curso, para que a imagem do país seja preservada, a janela de exportação desta commodity continue aberta e que os camponeses, que tanto se sacrificam para produzir e tornar o feijão bóer, ouro para os elefantes que hoje guerreiam, não sejam afectados.

**“Esta ave só traz
desvantagens
porque a
comunidade já
não consegue
criar as espécies
para o consumo,
nomeadamente, os
patos e galinhas,
devido a estas aves**



William Mapote

E-mail: wilpote@gmail.com



CORVO DA ÍNDIA

Marcado para morrer na Ilha da Inhaca

Mais de três mil corvos foram mortos nos últimos quatro anos, na sequência de um combate cujo objectivo é eliminar aquela ave, classificada como non grata na ilha.



O Combate ao Corvo indiano, uma ave considerada indesejável na ilha da Inhaca, no município de Maputo, é uma guerra que já vai longa.

Várias campanhas já foram levadas a cabo para a sua extinção, mas o custo financeiro do combate tem sido apontado como o principal desafio.

No início de Janeiro corrente, a Revista Terra escalou a Ilha da Inhaca para ouvir de perto as histórias de uma luta entre o homem e a ave mais indesejada naquela área.

“Estamos cansados desta ave. Já não queremos ver por aqui. Há muitos anos que tentamos acabar com ela, mas parece um cancro” desabafou Helena Chirindza, residente do Bairro Ribzwene, logo na encosta daquele distrito insular do município de Maputo.

Desde crianças, jovens e idosos, o ódio contra o corvo indiano é comum e não há sequer um rasto de possível paixão pela ave.

Segundo relatos locais, a população está, de forma incessante, a pedir às autoridades administrativas da Inhaca para encetar medi-

das para dizimar a ave e extingui-la da ilha.

Os pecados do corvo

Para tamanho ódio são apontados vários pecados, sobretudo, o impacto que representa para a pecuária.

“Esta ave é diabólica. Não podemos criar galinhas à vontade. Ela come os pintos e ovos sem piedade. Se ousamos a ter uma criação é como se estivéssemos a criar para elas” explicou um idoso que, de passagem, interpelou a nossa reportagem.

De acordo com um relatório elaborado por Cândido Lucas Timba e Nick Raba, sobre a captura de Corvo Indiano no Distrito Municipal KaNyaka, “ambientalmente, o corvo indiano elimina todas as aves nativas existentes nas áreas por onde elas colonizam, comendo ovos e pintos das aves nativas e domésticas”.

O relatório indica ainda que “oportunisticamente (aquele corvo) mata as aves adultas, roedores, répteis e outros animais” sendo que (principalmente) na época de

reprodução pode atacar pessoas, pois ele é muito agressivo”.

Os operadores turísticos dizem que aquele corvo limita a circulação de turistas que são obrigados a evitar os locais infestados.

O biólogo Chico Bata, da Estação de Biologia Marinha da Inhaca, classifica o corvo indiano como uma praga para aquela região insular.

“Esta ave só traz desvantagens porque a comunidade já não consegue criar as espécies para o consumo, nomeadamente, os patos e galinhas, devido a estas aves. É uma ave ameaçadora até mesmo para as outras espécies naturais que não conseguem sobreviver com o corvo indiano” explicou.

Segundo a fonte, não há convivência possível entre a comunidade e aquelas aves pelo que o equilíbrio passa pela sua eliminação.

“É preciso eliminar. Numa primeira fase estaríamos a controlar a ela, mas não é possível controlar porque ela consegue migrar para o lado de Machangulo ou mesmo para a cidade de Maputo e depois de um período volta cá para a ilha” sentenciou o biólogo.



“Esta ave só traz desvantagens porque a comunidade já não consegue criar as espécies para o consumo, nomeadamente, os patos e galinhas, devido a estas aves

Chico Bata - Biólogo da Estação de Biologia Marinha da



Números do combate

De acordo com um balanço que tivemos acesso, nos últimos quatro anos cerca de 3600 corvos, entre adultos e crias, foram abatidos e perto de dez mil ovos foram recolhidos, interrompendo o processo de procriação, por forma a reduzir o número da população da indesejada ave.

De acordo com Chico Bata, como resultado das acções de combate encetadas, o número de corvos está actualmente reduzida mas, o cenário mostra uma tendência de aumento que vai exigir novas medidas em breve.

“Neste momento podemos dizer que está um pouco controlado em relação aos anos anteriores. Houve uma campanha que a estação de biologia fez, junto com um parceiro, conseguiu-se reduzir o número de corvos, via

uma ‘técnica gaiola’ que montamos no centro de concentração onde havia uma lixeira. E de lá para cá reduziu um pouco” explicou o biólogo.

Um dos principais constrangimentos para o combate àquela “praga” é o elevado custo das acções que, consistem, basicamente, na montagem de gaiolas e aquisição de iscas e pagamento de jovens comunitários para controlar e fazer a limpeza.

Segundo o relatório de captura, produzido em Janeiro corrente, de Maio de 2020 a Dezembro de 2023 foram gastos mais de 790 mil meticais em campanhas, valor usado na aquisição de redes de armadilha e outra logística.

Pelas projecções, dentro de três meses o número de corvos na ilha voltará a atingir níveis considerados de alerta, prevendo-se uma nova campanha de caça.

ITENS	Captura	Quantidade	Valor Total Gasto
I	Corvos	1 293	387 900,00MT
II	Filhotes	2 301	203 750,00MT
III	Ovos	9 925	198 500,00MT
Total			790 150,00MT



Gaiola usada para a caça ao corvo



Revista Digital

Acessar





Michael S. Regan (no centro) – administrador da agência norte-americana de Protecção Ambiental

Moçambique e EUA abrem nova etapa de cooperação na agenda ambiental

O administrador da Agência Ambiental dos Estados Unidos da América, a mais alta autoridade para as questões climáticas (Environmental Protection Agency -na terminologia inglesa), Michael S. Regan, esteve recentemente em Maputo, numa visita visando estabelecer contactos e parcerias com actores governamentais e da sociedade civil, para reforçar a cooperação para a mitigação de problemas ambientais no país.

Regan, que esteve em Moçambique como parte de uma viagem ao continente africano, que inclui o Gana, disse que a visita faz parte da resposta do governo Biden para a concretização das promessas feitas há dois anos, durante a cimeira EUA-África, em prol da acção climática.

“Estou entusiasmado por representar a Administração Biden-Harris nesta missão a África, para pro-

mover e estabelecer uma relação cada vez mais duradoura entre os Estados Unidos e este continente, em questões de sustentabilidade”, disse o Michael Regan.

“Moçambique e Gana são parceiros importantes no nosso trabalho colectivo para garantir que o desenvolvimento económico e a protecção ambiental andem de mãos dadas” frisou.

A nova parceria tem como prioridades aspectos que incluem “o desenvolvimento de energias limpas, a protecção do ar limpo, o incentivo à mineração responsável de minerais críticos e a reciclagem de materiais provenientes de plásticos e resíduos electrónicos”.

Durante a sua permanência em Maputo, Regan reuniu-se com a Ministra da Terra e Ambiente, Ivete Maibaze, tendo ficado estabelecido para breve, a assinatura de um memorando de entendimento para estabelecer as linhas estratégicas da nova etapa de cooperação.

“O Moçambique e Gana são parceiros importantes no nosso trabalho colectivo para garantir que o desenvolvimento económico e a protecção ambiental andem de mãos dadas”

Grande Maputo já monitora qualidade do ar que respira

Está em funcionamento, desde a segunda quinzena de Janeiro corrente, a primeira estação de avaliação e monitoria da qualidade do ar ao nível da região da área metropolitana do Grande Maputo.

O monitor, instalado na Embaixada norte-americana na capital moçambicana, foi financiado pelo Governo dos Estados Unidos da América e vai contribuir com a disponibilização de dados fiáveis e recolhidos em tempo real sobre a qualidade do ar que se respira, que poderão ser usados para a tomada de decisões objectivas ao nível ambiental.

Falando na cerimónia de inauguração do monitor, o Embaixador dos EUA em Maputo, Peter Vrooman disse que, apesar da qualidade do ar

não ser, actualmente, um problema na capital moçambicana em particular, o crescimento da cidade pode representar num futuro próximo, uma questão a ter em conta.

“Vemos nisto, uma pequena ferramenta, mas um grande contributo para trabalharmos em conjunto, com o governo moçambicano, académicos e o sector privado, para ajudarmos todos os moçambicanos a prosperarem num ambiente limpo, bonito e protegido” disse Vrooman no seu discurso de ocasião.

De acordo com dados oficiais da Organização Mundial da Saúde (OMS), pelo menos sete milhões de pessoas morrem anualmente, de forma prematura, devido a problemas provocados pela poluição do ar.



Fim de isenção do IVA deixa indústria de óleo e sabões em alvoroço

A indústria nacional de óleos e sabões está alarmada devido ao fim da isenção do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), para a importação das matérias-primas e maquinaria usada para a produção e alerta para o risco de encerramento de unidades produtivas.

Depois de três anos de isenção, a Autoridade Tributária (AT) emitiu, recentemente, uma nota comunicando que desde o dia 1 de Janeiro corrente, passa a ser aplicada a taxa correspondente ao IVA para aqueles produtos.

“As operações envolvendo aqueles bens e serviços passar a estar sujeitos ao IVA, à taxa em vigor de 16% desde o dia 1 de Janeiro de 2024” indica o comunicado.

Esta decisão caiu mal para as empresas que operam nesta área que alegam que a medida vai encarecer os custos de

produção, sufocando a indústria nacional.

Paralelamente, apontam a “concorrência desleal” de produtos que entram no país, quer por vias legais ou através do contrabando, e que são vendidos a preços “baixos”, como outro factor que coloca os produtos nacionais em situação de desvantagem, uma vez que para uma sobrevivência do sector, não podem ser colocados ao mesmo preço.

De acordo com dados em posse da Revista Terra, a Associação das indústrias nacionais de Óleos e Produtos Afins está a avaliar o impacto directo da cobrança do IVA no sector, que será, em breve, ser apresentado ao Governo, para mostrar a sua indignação “com base em dados objectivos”.

Para já, a cobrança do IVA já se faz sentir no custo do óleo vege-

tal, sabões e açúcar no mercado nacional, o que poderá acelerar o nível de inflação geral no presente ano.





Ananás com sabor azedo nos rendimentos de produtores da Zambézia

A falta de uma indústria para absorver a produção, o custo de transporte das machambas para o mercado e o elevado desperdício da fruta desanimam quem continua a apostar nesta cultura.



Ananás à venda durante a I feira da cidade de Quelimane

50

MIL TONELADAS

Quantidade média de produção nos quatro distritos que mais cultivam a fruta

Produtores de ananás na província da Zambézia estão preocupados com o nível de desperdício que registam nas colheitas devido a fraca absorção da fruta pelo mercado.

De acordo com alguns produtores ouvidos pela Revista Terra, quantidades consideráveis da fruta colhida acabam no lixo devido a deterioração.

“Temos produzido muito ananás, mas não conseguimos vender todo e grande quantidade se estraga e deitamos no lixo” disse Costa Maurício, produtor de ananás no distrito de Nicoadala.

Os distritos de Quelimane, Nicoadala, Maganja da Costa e Alto Molócué são os maiores produtores de ananás na Zambézia, chegando a colher uma quantidade média de 50 mil toneladas por época.

A falta de uma indústria de processamento faz com que a produção dependa da absorção do pequeno consumidor, o que se traduz em baixos rendimentos para os produtores.

“Vendemos três ananases a 50 meticais ou 5 a 100 meticais no distrito de Alto Molócué. Estamos a sofrer, não temos clientes. As pessoas conseguem produzir, mas não têm rendimento porque o ananás apodrece e é deitado fora” salientou Daniel Moisés, outro produtor.

O nível de desperdício pós-colheita não é conhecido, mas os produtores dizem que é alto, sobretudo, devido a rápida deterioração que o ananás tem após a maturação, aliado a incapacidade de conservação.

O Conselho Autárquico de Quelimane diz-se solidário com o problema enfrentado pelos produtores tendo por isso, iniciado este ano com a feira do ananás, como forma de abrir uma janela de oportunidade para alargar o mercado.

“A edilidade em Quelimane está a criar esta iniciativa como um espaço de oportunidade de vender a fruta para evitar que o produto se estrague nas machambas e termine na lixeira” disse Pedro da Costa Azarate, Director de Feiras e Mercados no Município de Quelimane.

Um dos problemas apontados pelos produtores como factor que também contribui para o fraco rendimento e elevado desperdício é o custo de trans-

porte para tirar a fruta das machambas para o mercado. Segundo apuramos, os transportadores cobram valores que podem atingir oito mil meticais por uma média de cinco toneladas para uma distância de 50 quilómetros, o que a avaliar pelo preço de venda, “não compensa”.

Azarate diz que a solução passa pelo envolvimento do sector empresarial na cadeia de valor, pois só assim se pode rentabilizar o esforço dos camponeses e impulsionar a produção desta que é uma das culturas importantes ao nível da província.

A primeira feira de ananás em Quelimane teve lugar nos dias 12, 13 e 14 de Janeiro corrente e juntou mais de duas dezenas de produtores e vendedores de ananás distritos de Quelimane, Nicoadala, Maganja da Costa e Alto Molócué.



Avaliação defende urgência na criação de fundo para financiar pequenos produtores agrícolas

Uma avaliação do Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD) critica o modelo de financiamento de pequenos produtores agrários que trabalham a terra no país e defende, de entre vários pontos, a necessidade de um fundo para o efeito. As notas são apresentadas no texto que segue, que trazemos, com a devida vénia.

O Plano Económico, Social e Orçamento do Estado de 2024, prevê uma notável redução do orçamento alocado à agricultura, o peso do sector na despesa total passou de 14,7% em 2023 para 9,9% em 2024. Este reajuste levanta questões sobre o impacto potencial nas iniciativas e investimentos destinados ao sector para o ano.

Apesar de a agricultura ser um dos sectores prioritários do governo, juntamente com saúde, educação e infra-estruturas, a quantia que lhe é alocada no orçamento estatal não responde às exigências dos desafios que o sector enfrenta. Além disso, o orçamento destinado para investimento no sector tem reduzido substancialmente nos últimos anos, como evidenciado no PESOE 2024.

Um sector que deveria ser prioritário, devido à sua dimensão e importância no processo de desenvolvimento, está a ser praticamente marginalizado devido ao baixo investimento.

A distribuição de recursos estatais enfrenta desafios significativos devido às múltiplas prioridades do governo. Embora se observe um crescimento nas receitas, isso não acompanha a dinâmica crescente das despesas.

Quando os recursos provenientes de sectores com maiores contribuições em termos de receita são alocados ao orçamento do Estado, eles se dispersam naturalmente entre as inúmeras prioridades governamentais. Isso inclui áreas como saúde, infra-estruturas e, mais recentemente, defesa da soberania, espe-

cialmente diante do contexto de instabilidade na província de Cabo Delgado. Isso reflecte a complexidade da gestão orçamentária, sugerindo, por vezes, a possibilidade de redução nos recursos alocados à agricultura.

Além dos constrangimentos ao nível do investimento público, é sabido que o interesse das instituições financeiras privadas em fornecer financiamentos para a produção agrícola é baixo devido à natureza de alto risco dessa actividade. Mesmo em regiões onde existem condições seguras para a actividade, agricul-

Um sector que deveria ser prioritário, devido à sua dimensão e importância no processo de desenvolvimento, está a ser praticamente marginalizado devido ao baixo investimento

tura de pequena escala tem pouco acesso a esses serviços financeiros devido ao agravamento do problema do risco moral¹, exacerbado pela presença de restrições técnicas e orçamentárias mais severas relacionadas à implementação de acções que reduzem o risco de perdas associadas a factores climáticos e doenças.

Adicionalmente, para o caso dos pequenos agricultores, as empresas agrícolas familiares são vistas

como menos eficientes, pelo menos a curto prazo, em comparação com as empresas não familiares, o que desencoraja o financiamento.

Enquanto os pequenos agricultores têm limitações de acesso ao crédito, condição essencial para o seu desenvolvimento, eles são de grande importância para o desenvolvimento do país. Isso é evidenciado pela sua contribuição para a economia, com uma participação de aproximadamente um quarto do Produto Interno Bruto total e com mais de 80% da força de trabalho concentrada neste sector, tornando a agricultura na principal actividade económica que garante a subsistência da população nas áreas rurais.

Devido à importância da agricultura em pequena escala para a economia e o desenvolvimento nacionais, este sector produtivo é alvo de várias acções governamentais, exemplificadas pela implementação de diversos programas de incentivo e tentativas de modernização agrícola, como o PROAGRI (Programa Nacional de Desenvolvimento Agrário), e, mais recentemente, o SUSTENTA. Contudo, estes programas, como um todo, são sustentados exclusivamente por recursos provenientes do orçamento estatal e do apoio dos principais parceiros de cooperação, estando, portanto, sujeitos a decisões políticas e a diversas restrições orçamentárias. Isso dificulta o verdadeiro acesso para os pequenos agricultores.

Urgem soluções para reverter o actual cenário

Entre as propostas que têm sido avançadas sobre o assunto (incluin-

do o desenvolvimento do mercado de seguros agrícolas, a colateralização do DUAT, entre outras), a criação de um fundo de financiamento e desenvolvimento para o sector ganha cada vez mais destaque.

Reflectindo sobre o tema durante um webinar organizado pelo Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD), realizado a 12 de Dezembro de 2023, no âmbito da campanha sobre o nexus entre a indústria extractiva e a agricultura em pequena escala, especialistas defenderam que faria muito mais sentido criar um fundo de financiamento e desenvolvimento directamente ligado à agricultura do que financiar o sector através do orçamento do Estado, devido às elevadas restrições para que os recursos cheguem ao agricultor.

A experiência de vários países mostra que o financiamento do sector agrícola através de fundos de investimento é muito mais funcional.

Gift Essinalo defendeu a criação

de um fundo com características semelhantes ao fundo soberano, mas destinado à agricultura, no qual seriam retidas receitas da indústria extractiva para o financiamento e desenvolvimento dos pequenos agricultores.

Isso eliminaria a necessidade de uma dependência total do orçamento do Estado para o financiamento de projectos de desenvolvimento agrícola, reservando os recursos provenientes do orçamento exclusivamente para as despesas de funcionamento do sector, ou, ainda, a possibilidade de uma parte do fundo soberano ser destinada especificamente a projectos voltados a agricultura. Isso é possível, na medida em que se prevê que os recursos do fundo soberano sejam destinados ao investimento de projectos de prioridade de desenvolvimento do país, assim como o caso clássico da agricultura.

Para Gil Aníbal, é urgente que a indústria extractiva apoie na diver-

sificação da economia e no desenvolvimento de sectores-chave como a agricultura, mas para tal, no seu entender, o executivo deve buscar a maximização dos proveitos da extracção mineira. Na sua perspectiva, os benefícios concedidos às multinacionais são demasiados e reduzem os ganhos do Governo em termos de receitas, pelo que se deve apostar na minimização de incentivos.

A discussão foi desenvolvida durante um webinar organizado pelo Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD), em parceria com a OXFAM Moçambique e a Associação de Apoio ao Desenvolvimento (NANA), com o apoio do Governo do Reino dos Países Baixos, no âmbito da campanha sobre o Nexus entre a indústria extractiva e o desenvolvimento da agricultura em pequena escala, realizado no projecto Power of Voices Partnership Fair for All: Habilitando cadeias de valor agrícolas pro-pobre.

PUB:

Nossos Serviços na Área de Construção

Oferecemos uma diversa gama de opções
aos nossos clientes

CONTACTE-NOS NA:

1 Litchie Road, Vintonia, Nelspruit, Mpumalanga

Ou através do email:

sales@rotundaplanthire.co.za

Tel: +72 (82) 966 1652

Tel: +27 (83) 577 6398

Webpage: <https://rotundaplanthire.co.za/>





Gado bovino, uma das riquezas do distrito de Magude

Do El-niño ao roubo de gado: Magude mostra como ultrapassa a crise

Com parte das regiões Sul e Centro sob ameaças de seca, devido ao El-niño, a Revista Terra esteve no distrito de Magude, um dos locais que mais sentiu o impacto deste fenómeno climático, durante a sua recente influência no país, para uma entrevista com o administrador local, Lázaro Bambamba. A experiência do distrito para lidar com aquele fenómeno, que já começou a ter nova vaga no país, foi um dos principais tópicos da conversa que segue.

Chegou a Magude em 2016. Como é que encontrou o distrito ao nível agro-pecuário?

Em 2016, aquando da nossa chegada o distrito estava sobre forte influência do El-Niño caracterizado por um longo período de estiagem, com efeito devastador sobre o bem estar das populações (stress alimentar), devido a baixo nível de produção agrícola nas culturas de primeira época (principalmente o milho) e sobre os animais (perda excessiva da condição corporal). Esta situação obrigou a esforços no sentido

de busca de soluções urgentes de nível técnico e financeiro; Monitorias constantes sobre a situação do stress alimentar; Sensibilização das comunidades no cultivo em zonas baixas e aumento de perímetro irrigada; Produção e armazenamento de feno; Montagem de bancos forrageiros; Introdução de machos melhorados com vista a aumentar o peso de carcaça ao abate; Monitorias constantes da sanidade animal; Reabilitação das infra-estruturas pecuárias (tanques carracidas) e construção de corredores de tratamento de gado.

Tendo em conta o que produzia nessa altura e a demanda, em termos de consumo local, o que é que significava em termos de auto-suficiência alimentar e como é que o distrito está hoje nestas variantes?

No que concerne a demanda dos mercados locais podemos afirmar que nos anos passados o abastecimento dos produtos de primeira necessidade dependia de retalhistas que adquiriram estes produtos nos distritos vizinho da Macia ou na cidade de Maputo, facto que impactava directamente no preço da aquisição. Nesta altura o distrito

conta com dois grandes grossistas que abastecem o mercado local evitando, desta forma, preços altos de aquisição dos mesmos e ruptura de stock.

Em relação às hortícolas, era frequente ver as nossas mães nos transportes semi-colectivo a transportar estes produtos do Zimpeto (município de Maputo) para o distrito, mas, neste momento, estes são adquiridos localmente e o excedente abastece mercados dos distritos vizinhos.

Em termos de contributo para a economia local o que é que era quando chegou e o que é actualmente?

Magude é um distrito rural e dependente, basicamente, da pecuária (criação de gado) e agricultura (produção de cana). Estes foram os dois grandes pilares da economia local e, nos anos que cá chegámos, estes estavam severamente afectados pelo fenómeno El-niño.



O grande desafio foi sempre melhorar os ganhos económicos nestes dois pilares (pecuária e agricultura) com o incentivo no investimento na cadeia de valores das carnes vermelhas.

O distrito recebeu um novo matadouro moderno e equipado com tecnologia de ponta para o abate e processamento da carnes; recebeu investimento em reabilitação e construção de infra-estruturas pecuárias, nomeadamente, quatro tanques carracicidas, 14 corredores de tratamento e duas feiras de comercialização de gado.

Nos anos de 2018 e 2019 foram fomentados 200 bovinos de raça Angoni, com o objectivo de repovoamento. No ano de 2023 foram fomentados 18 bovinos de raça Bonsmare cujo objectivo é garantir o melhoramento genético (aumento de peso da carcaça ao abate) nas comunidades beneficiárias.

Neste quinquénio - 2020-2024 - Magude beneficiou das fases 1 e

2 do Projecto de Resiliência a Seca do INGD, com financiamento do BAD, que consistiu na construção de oito Reservatórios Escavados para o abeberamento do gado bovino, produção de pequenas hortas e consumo humano, usando certeza. É investimento com grande impacto na vida da nossa população, considerando que Magude é um distrito semi-árido.

Quero igualmente falar da reabilitação da represa de Matongomane, no Posto Administrativo de Mahel, no âmbito da Iniciativa Presidencial PRAVIDA. Outrossim, nestes anos houve também uma grande tendência na diversificação da economia local, com o investimento na área de serviços. Duas grandes empresas de comércio a grosso, duas estações de serviços, três estâncias de alojamento e similares, uma serigrafia, uma Escola Secundária Comunitária (Albert Einstein), dois institutos técnicos médios que, ambos, leccionam 500 estudantes por ano, uma indústria panificadora com capacidade para produzir sete mil pães por dia e uma creche, só para citar alguns exemplos.

O distrito está também a se posicionar na produção de peixe em cativeiro, sendo ainda uma actividade na fase inicial, mas que se está a evidenciar e a conquistar novos investimentos, deixando boas promessas para os próximos anos. Igualmente, estamos a preparar Magude para ter lugar de destaque no ecoturismo, no Posto Administrativo de Mapulanguene, com as empresas Karingane Game Reserve e Sabie Game Park e esperamos que neste ano de 2024 possamos dar bons passos nesta área.

Ao nível de produção agrícola, quais são os produtos que continuam a ser de bandeira?

Os produtos bandeira do distrito são: carnes vermelhas e cana de açúcar/cultura de exportação.

A açucareira de Xinavane, maior entidade agrária posicionada mesmo à entrada do distrito, vezes houve que teve uma relação azeda com as comunidades de Magude. Como é que caracteriza a situação nesta altura e como é que se chega a este estágio actual.

A relação à açucareira de Xinavane (distrito da Manhiça) e as comunidades de Magude têm registado muitas melhorias. Há já momentos de diálogo constantes e a comunidade tem percebido o benefício de ter os campos desta

companhia em Magude, visto que contribui bastante em número de emprego criados (variando mas nunca menos de 1000) e o facto das associações e produtores privados poderem vender a sua produção de cana-de-açúcar, estimado em mais de 1,2 milhões de toneladas anuais, e com isso gerar renda.

O roubo de gado sempre foi um dos grandes problemas no distrito. Como é que estava a situação quando chegou e como é que está actualmente.

Em relação ao roubo de gado há tendência à redução, devido ao trabalho conjunto entre Associação de Criadores de Gado, SDAE (Secretaria Distrital de Actividades Económicas) e PRM (Polícia da República de Moçambique).

Quais foram as medidas tomadas para estancar o problema.

A estratégia usada é que há uma obrigatoriedade de todo criador ter os seus animais marcados com a marca individual para poderem circular. No local de origem dos animais, há uma declaração emitida pela associação (Magude possui 14 associações de criadores) e um recibo emitido pela autoridade pelo Posto Administrativo, confirmando conhecer o curral de onde saem esses animais.



A feira da carne tem sido um dos principais cartões-de-visita do distrito. Qual tem sido o nível de abate e de contribuição nas receitas.

O Festival de carne já teve cinco edições e sofreu interrupção nos anos da Covid-19. É um evento que mobiliza grandes massas para o distrito, o que impacta sobremaneira na economia local. A título de exemplo, só na última edição foram vendidos cerca de 25 toneladas de carne em dois dias. Somando os ganhos de todos os sectores envolvidos (criadores, matadouros, talhantes, feirantes, hotelaria e similares) o ganho foi em torno de 10 milhões de meticais nos dois dias.

Numa altura em que as mudanças climáticas são uma realidade cada vez mais penosa para o país, no geral, qual tem sido o impacto ao nível do distrito de Magude, incluindo no sector agro-pecuário.

No sector da pecuária as mudanças climáticas impactam negativamente, com maior incidência de doenças transmitidas por carraças e parasitoses gastro-intestinais, baixa a produção de leite.

Na agricultura tem impactado com as inundações dos campos no leito do rio Incomáti, resultantes da subida do caudal dos rios à montante, o que causa a intransitabilidade de algumas vias, submersão de culturas, equipamentos

de rega. Mesmo os campos irrigados, os intervalos de rega são reduzidos devido a taxa da evapotranspiração, o que acaba aumentando o custo de produção.

Na zona alta, registamos vagas de calor, baixa precipitação e, consequentemente, baixa produção, devido aos índices de satisfação hidrológica das culturas.

Quais são as perspectivas de produção agro-pecuária para esta época em curso?

Para a primeira época 2023/24, perspectiva-se rendimentos médios em quase todo o Distrito, uma vez que nos meses de Novembro e Dezembro, a precipitação registada contribuiu signi-

ficativamente no desenvolvimento das culturas.

Para pecuária, face às chuvas que caíram, garantiu-se o rebrote e a maior disponibilidade de pasto até aos meses de Outubro-Novembro, o que contribuirá com aumento de ganho de peso dos animais, melhorando assim a disponibilidade de carne de qualidade.

Face à disponibilidade de pasto, prevê-se a produção de fardos de feno em grandes quantidades para garantir a suplementação animal. Ainda na mesma senda, os animais irão circular com frequência, consequentemente haverá muitos partos/nascimentos.

PUB:



A **Moz Timber** é uma empresa que oferece soluções de madeira, amigas do ambiente, ecológicas e saudáveis.

A **Moz Timber** fornece parquet de micruse da primeira qualidade; Faz montagem, afagamento, envernização e manutenção do parquet; e Fornece decas para piscinas, esquadilha completas, portas para pequenas e grandes obras.



 845458292 | 872854640

TABELA DE PUBLICIDADE

TABELA DE PREÇOS DA REVISTA DIGITAL

ESPAÇO	CUSTO
Página inteira	10.200Mt + IVA
Meia página	5.300Mt + IVA
Rodapé	3.500Mt + IVA
Meio do rodapé	1.750Mt + IVA

TABELA DE ASSINATURA

SUBSCRIÇÃO	C. UNITÁRIO
Assinatura Anual	1.800,00Mt + IVA
Assinatura Semestral	900,00Mt + IVA
Assinatura Trimestral	450,00Mt + IVA

TABELA DE PREÇOS DO ONLINE

Formato	DIMENSÕES	CPM (Campanha por Site) Mensal
Billboard	1200 X 250 Px	7.000,00Mt + IVA
Skycraper	120 X 600 Px	5.000,00Mt + IVA
Square	250 X 250 Px	3.000,00Mt + IVA



Que o Ano Novo seja como um solo fértil, pronto para receber sementes de sonhos e colher os frutos de um trabalho dedicado

Feliz

2024



Revista Terra

Rua da Resistencia n.º 1642, 3º Andar, Porta
M Telef.: +258842399758, +258847344482
e +258821233910

Email: terramagazinemz@gmail.com